

02/12/2010

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321 PARANÁ

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECTES.	: ALDANY BUGHI E OUTRAS
ADV.DOS.	: MARINO ELÍGIO GONÇALVES E OUTROS
RECDO.	: MUNICÍPIO DE MARINGÁ
ADV.DOS.	: LUCIANA FREGADOLLI E OUTROS

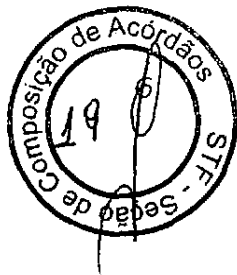
SERVIÇO PÚBLICO – ESTABILIDADE – ARTIGO 19 DO ADCT. A estabilidade prevista no artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias requer tempo de serviço, à época da promulgação da Carta de 1988, igual a cinco anos.

RELAÇÃO JURÍDICA – CLT – CESSAÇÃO. A cessação de relação jurídica regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante a servidor público que não detenha a estabilidade, prescinde da formalização de processo administrativo e, portanto, do contraditório.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em negar provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 2 de dezembro de 2010.



MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

**30/06/2009****PRIMEIRA TURMA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321 PARANÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>RECTES.</b>	<b>: ALDANY BUGHI E OUTRAS</b>
<b>ADVDOS.</b>	<b>: MARINO ELÍGIO GONÇALVES E OUTROS</b>
<b>RECDO.</b>	<b>: MUNICÍPIO DE MARINGÁ</b>
<b>ADVDOS.</b>	<b>: LUCIANA FREGADOLLI E OUTROS</b>

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná negou provimento a pedido formulado em apelação. Consignou que as autoras não foram submetidas a concurso público, tendo sido “contratadas via teste seletivo”, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, em data posterior a 5 de outubro de 1983. Afirmou a falta de atendimento dos requisitos dos artigos 41, §1º, da Carta da República e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, concluindo, em face da inexistência de estabilidade ou efetividade das impetrantes, pela legalidade da demissão efetivada sem prévio procedimento administrativo.

Os embargos de declaração que se seguiram (folha 602 a 609) foram desprovidos (folha 618 a 625).

Nas razões do extraordinário de folha 629 a 648, interposto a partir da alínea “a” do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, articulase com a transgressão dos artigos 37, cabeça e inciso II, e 41, cabeça e § 1º, nela contidos. Alega-se ter resultado a admissão de procedimento que se “revestiu de todas as formalidades que se exigiam para a realização de certames públicos”, na forma da Lei municipal nº 1.115/76, como asseverado pela própria administração local. Pretende-se ver declarada a existência de estabilidade e, em consequência, sustados os atos de demissão ou, sucessivamente, determinada a abertura de processos administrativos, assegurada a ampla defesa.

**RE 289.321 / PR**

O recorrido não apresentou contrarrazões (certidão de folha 687). A subida do recurso decorreu do provimento dado ao agravo em apenso.

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 717 a 725, preconiza o provimento parcial do extraordinário, pelos seguintes motivos:

Constitucional. Professoras municipais não estáveis. Demissão sem prévio processo administrativo e, portanto, com inobservância do contraditório e da ampla defesa. Nulidade reconhecida. Precedentes do STF. Parecer recomendando que o Relator conheça e dê parcial provimento ao recurso extraordinário. (§ 1º, do art. 557, do CPC).

É o relatório.

30/06/2009

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321 PARANÁ

**VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Na interposição deste recurso, atendeu-se aos pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por profissional da advocacia credenciado pelas procurações de folha 20 e seguintes, deu entrada no protocolo no prazo assinado em lei. A notícia do acórdão impugnado foi publicada no Diário de 16 de novembro de 1998, segunda-feira (folha 626), ocorrendo a manifestação do inconformismo em 30 imediato, segunda-feira (folha 629). O preparo está comprovado à folha 650.

O extraordinário veio à Corte ante cláusula polivalente – “Subam os autos, devidamente processados, para melhor exame” – formalizada pelo meu antecessor. A toda evidência, não há como entender enquadrável o recurso no permissivo da alínea “a” do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

Quanto ao concurso público, a derradeira instância ordinária consignou que, em data posterior a 5 de outubro de 1983, as recorrentes foram admitidas sem essa formalidade legal. Em síntese, à época da promulgação da Carta de 1988, não tinham elas o tempo de serviço indispensável a cogitar-se de estabilidade.

No tocante ao pedido sucessivo, atendem para o fato de o devido processo administrativo atinente ao desligamento pressupor a estabilidade, inexistente na espécie. Então, tendo sido contratadas as recorrentes pelo regime trabalhista, poderia o Município fazer cessar a relação jurídica sem a observância do contraditório.

Desprovejo este recurso.

**30/06/2009****PRIMEIRA TURMA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321 PARANÁ****DEBATE**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Situação concreta: quando da Carta, não tinham os servidores cinco anos de serviços prestados. Não eram estáveis. Não alcançaram a estabilidade considerado o artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Indaga-se: a administração pública poderia fazer cessar a relação jurídica regida pela Consolidação das Leis do Trabalho sem o contraditório? A minha resposta é positiva, por não terem eles alcançado a estabilidade. Se tivessem alcançado a estabilidade, seria diferente. O processo administrativo teria de surgir, porque senão seria inócuo o preceito do artigo 19 referido. Passaríamos a conferir a esses servidores a estabilidade, em que pese à inexistência de cinco anos à data da promulgação da Carta. Somente o servidor estável é que tem jus ao contraditório, isso para ver a relação jurídica – regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – cessada.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - A relação era empregatícia quando da promulgação da Carta Magna.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – E sem os cinco anos mencionados.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE)- Aí a administração ...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – Há um bom número de casos como esse que nos tem chegado, exatamente porque o TST tem dito: como era celetista, e como era anterior...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – E sem os

**RE 289.321 / PR**

cinco anos à data da Carta. Se eles tivessem os cinco anos, não teria a menor dúvida: a cessação de vínculo somente seria possível, mesmo em se tratando de regime celetista, com o processo administrativo e ensejado o contraditório. Não reconheceria o direito potestativo de resolver o contrato.

30/06/2009

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321 PARANÁ

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** – Senhor Presidente, eu acompanho o Ministro Marco Aurélio, pois também tenho essa convicção. Uma das consequências da estabilidade das Disposição Constitucionais Transitórias é exatamente essa: a impossibilidade de demissão sem o contraditório, mediante o adequado processo administrativo.

Tendo em conta o que a Ministra Cármen Lúcia está dizendo, que existem inúmeros casos semelhantes, esse é a típica decisão que merece uma súmula vinculante, para dizer que não se aplica.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE)** – Eu faria uma pequena distinção, mas acho que não invalida, por nenhum modo, o voto do Ministro Marco Aurélio. Uma coisa é não abrir o contraditório, não instaurar o processo administrativo. Outra coisa é não motivar.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Não, não houve. Ele não saiu com qualquer pecha, com qualquer imputação. Indaga-se se esse entendimento contraria os artigos 37, cabeça, inciso II, e 41, cabeça, § 1º, da Constituição Federal. Digo que não, ante a ausência de estabilidade.

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA** – O que eles levantam é exatamente o que o Ministro está pondo. Os servidores levantam o seguinte: eu era celetista, não tinha cinco anos, mas permaneci mesmo depois da promulgação da Constituição. Não como estáveis, mas como empregados.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Mesmo tendo permanecido, não alcançou a estabilidade.

**RE 289.321 / PR**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – Exatamente. Não estável, seria uma das consequência da estabilidade o direito ao devido processo legal. O que a doutrina, hoje, discute é se o devido processo legal é uma garantia de qualquer pessoa que trabalhe no serviço público, mesmo quem não tem cinco anos, por exemplo, estágio probatório. Mas, aí, o Ministro fez a ressalva que ele não entrou por concurso, então ele nem tem essa parte.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Somente afasto o direito potestativo – a despedida – em se tratando de regime celetista, e presente a administração pública, no tocante a servidor estável.

Então não reconheço, mesmo regida a relação jurídica pela Consolidação das Leis do Trabalho, o direito potestativo de resolver o contrato de estável. Tem-se que motivar, e para isso é preciso processo administrativo, assegurado o contraditório.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) – Eu estava trabalhando com a hipótese de motivação fora da abertura de processo administrativo, simplesmente.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA – Mas aí o celetista tem o direito a decisão motivada.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI – Verbas indenizatórias.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – E ainda, Presidente, esse recurso extraordinário está no grande todo que denomino como herança. O meu antecessor proveu o agravo com aquela cláusula polivalente: “subam os autos, devidamente processados, para melhor exame”. Deixou o exame, do próprio agravo, para mim.



**30/06/2009****PRIMEIRA TURMA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321 PARANÁ****VISTA**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA** – Ministro, eu vou pedir vista apenas por ter um gosto especial sobre esse tema. Seria demais se eu pedisse vista?

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Não, ao contrário, Vossa Excelência deixar-me-á numa situação mais confortável.

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA** – Pois é. Ou então a minha. É só pelo gosto, realmente, que eu tenho pela matéria, pelas consequências.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Agora, se reconhecermos que a Administração Pública, nesse caso, não pode fazer cessar a relação jurídica sem um processo administrativo, estaremos colando consequência que é própria da estabilidade.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** – Fora a reintegração de todos os demitidos, porque deve existir milhares.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – A consequência aqui seria esta: prover o recurso extraordinário para determinar a reintegração, com a satisfação dos salários e demais direitos do período.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** – Pois é.

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA** - Como disse o Ministro Marco Aurélio, seu antecessor mandou subir o recurso extraordinário para que fosse examinado. O antecessor mandou subir para que Vossa Excelência examinasse.

**RE 289.321 / PR**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Para que apreciase o próprio agravo. O melhor exame teria de ser feito quando do julgamento do agravo de instrumento.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321-8**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

RECTES. : ALDANY BUGHI E OUTRAS

ADVDS. : MARINO ELÍGIO GONÇALVES E OUTROS

RECD. : MUNICÍPIO DE MARINGÁ

ADVDS. : LUCIANA FREGADOLLI E OUTROS

**Decisão:** Após o voto do Ministro Marco Aurélio, que negava provimento ao recurso extraordinário, pediu vista do processo a Ministra Cármen Lúcia. Ausente, justificadamente, o Ministro Menezes Direito. 1ª Turma, 30.06.2009.

Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, e a Ministra Cármen Lúcia. Ausente, justificadamente, o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.

Ricardo Dias Duarte  
Coordenador

30/06/2009

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321 PARANÁ**

**RELATOR** : MIN. MARCO AURÉLIO  
**RECTES.** : ALDANY BUGHI E OUTRAS  
**ADVDOS.** : MARINO ELÍGIO GONÇALVES E OUTROS  
**RECDO.** : MUNICÍPIO DE MARINGÁ  
**ADVDOS.** : LUCIANA FREGADOLLI E OUTROS

**VOTO - VISTA**

1. Conforme relatado pelo Ministro Marco Aurélio, este recurso extraordinário foi interposto por Aldany Bughy e outras, com fundamento no art. 102, inc. I, alínea *a*, da Constituição da República, contra o seguinte acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná:

*"Servidor Público. Estabilidade. Ex-celetista, contratado após 05.10.83, convertido a estatutário pelo RJU. Estabilidade. Inteligência do art. 41 da CF/88. Apelo improvido.*

*'O servidor de que trata o art. 41, da CF/88 (antiga redação) é o ocupante de cargo público efetivo, não alcançando a estabilidade aí prevista, o servidor admitido sob a égide da CLT, ainda que a admissão se verifique através de concurso público'" (fl. 584).*

2. Em razão do juízo negativo de admissibilidade do recurso proferido pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, as Recorrentes interpuseram o Agravo de Instrumento n. 268.931/PR, provido pelo Ministro Maurício Corrêa, que determinou a subida do presente Recurso Extraordinário.

3. As Recorrentes argumentam que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 37, *caput*, inc. II, e 41, *caput* e § 1º, da Constituição da República.

RE 289.321 / PR

Alegam, em síntese, que, “ao não reconhecer a ESTABILIDADE FUNCIONAL das recorrentes, bem como a NATUREZA DE CONCURSO PÚBLICO realizado pelas recorrentes, o v. acórdão recorrido contrariou tanto o disposto no art. 41, quanto o disposto no art. 37, 'caput' e seu inciso II, cuja indignação das recorrentes encontra-se perfeitamente ajustada aos termos do art. 102, III, 'a', da CF/88, de modo que o mesmo deverá ser modificado a fim de reconhecer, como também já reconheceu o Poder Judiciário do Trabalho e do próprio recorrido, a natureza de concurso público daqueles certames realizados pelas recorrentes nos anos de 1986, 87 e 88 e, conseqüentemente, a estabilidade funcional das recorrentes, de modo a desautorizar o recorrido a praticar o ato resilitório das recorrentes, principalmente pela condição de estáveis, bem assim pela ausência de qualquer motivação para tanto” (fl. 643, grifos no original).

4. A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo conhecimento e “parcial provimento do recurso extraordinário (§ 1º, do art. 557, do CPC), para anular os atos do Município de Maringá, que implicaram na dispensa das professoras recorrentes e [que] foram praticados com inobservância do contraditório e da ampla defesa” (fl. 725).

5. Ao desprover o presente recurso, o Ministro Marco Aurélio (relator) entendeu que as Recorrentes, contratadas sob o regime celetista, não têm direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa antes de serem dispensadas por não terem adquirido a estabilidade no serviço público. Na oportunidade, o Relator consignou:

“Quanto ao concurso público, a derradeira instância ordinária consignou que, em data posterior a 5 de outubro de 1983, as recorrentes foram admitidas sem essa formalidade legal. Em síntese, à época da promulgação da Carta de 1988, não tinham elas o tempo de serviço indispensável a cogitar-se de estabilidade. No tocante ao pedido sucessivo, atente para o fato de o devido processo administrativo atinente ao desligamento pressupor a estabilidade, inexistente na espécie. Então, tendo sido contratadas as recorrentes pelo regime trabalhista, poderia o Município fazer cessar a relação

**RE 289.321 / PR**

*jurídica sem a observância do contraditório. Desprovejo este recurso”.*

6. São as anotações que faço para rememorar o caso.

7. O que se põe em foco no presente Recurso Extraordinário é se as Recorrentes são estáveis e, ainda, se têm direito à instauração de processo administrativo, no qual se lhes assegure o contraditório e a ampla defesa antes de serem dispensadas.

8. Na linha do que afirmado pelo Ministro Marco Aurélio, as Recorrentes, professoras contratadas sob o regime celetista pelo Município de Maringá/PR, não são estáveis.

A despeito de, insistentemente, alegarem que os testes seletivos a que teriam sido submetidas e aprovadas entre 1986 e 1988 poderiam ser equiparados a concurso público, nos moldes posteriormente exigidos no art. 37, inc. II, da Constituição da República, é de se reiterar que não foi essa a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo*.

9. No voto condutor do acórdão recorrido, o Desembargador Relator afirmou:

*“É certo que as impetrantes foram contratadas via teste seletivo, público ou não, concurso, público ou não, para servirem como celetistas, entre 1986 e 1988, persistindo nessa condição contratual até 1993, quando implantado o regime jurídico único no município impetrado.*

*Na verdade as impetrantes não prestaram concurso para cargos efetivos, neles não tomaram posse e, evidentemente, assumiram o conseqüente exercício.*

*Indaga-se então, mesmo assim teriam elas alcançado estabilidade nas funções celetistas que vinham ocupando? A resposta não pode ser afirmativa.*

*Estatui o art. 41 da CF/88, (antiga redação): ‘São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de*

RE 289.321 / PR

concurso público'.

Ora, as impetrantes porque ingressaram no serviço público municipal na condição de celetistas, obviamente não poderiam haver adquirido estabilidade, porque a superveniência desta só ocorre segundo os ditames constitucionais após dois anos de efetivo exercício, o que pressupõe o exercício em cargo público.

Além da estabilidade decorrente dessa circunstância apenas outra se configura, em caráter excepcional: aquela prevista no art. 19, do ADCT/88, ou seja, exercício de emprego ou função pública continuada, por pelo menos cinco anos antes de 05 de outubro de 1988, a qual não incide na hipótese vertente. (...)

A controvérsia, na verdade, girou em torno do conceito de 'concurso público'.

Esse é instituto do direito administrativo emanado de Carta Magna e nada tem a ver com a seleção de empregados feita mediante testes seletivos, públicos ou não, embora a estes se possa dar também, por similitude, a denominação de 'concurso público'.

(...) É certo, portanto, que o processo administrativo, como condição para a dispensa, não se aplica às impetrantes, por não serem estáveis na função pública e muito menos efetivas.

Não há confundir concurso para a admissão de celetista, que não conduz à estabilidade após dois anos de exercício, com aquele destinado ao preenchimento de cargo público efetivo, quando aquela sobrevém após o decurso desse prazo.

Argumentam, também, as impetrantes com a circunstância de não haverem prestado concurso após o RJU por orientação do próprio município, bem como, com possíveis prejuízos em relação a direitos previdenciários e 'diversos outros direitos trabalhistas' desrespeitados pela administração pública municipal, todavia, bem é dever, ainda que relevante essa arguição, tal pretensão não poderá ser acolhida no bojo de uma ação mandamental, que não admite a produção de provas e não se presta a fixar eventual indenização em favor das recorrentes.

Somente o direito líquido e certo é amparável pelo 'writ' e ele não exsurgiu no caso vertente; como demonstrado.

Se algum direito de outra natureza houver, deve ele ser buscado na justiça laboral, ou mesmo, via procedimento comum ordinário"

RE 289.321 / PR

(fls. 591-597).

O reconhecimento do alegado direito líquido e certo das Recorrentes, nos termos do pedido formulado na petição do mandado de segurança, importaria em reconhecer, a um só tempo, que: a) os testes seletivos a que se submeteram (nos anos de 1986, 1987 e 1988,) tiveram a natureza de concurso público; b) eram estáveis na época em que a Administração municipal resolveu dispensá-las; pelo que, c) seriam nulos os avisos prévios e outros atos praticados pelo Recorrido com o propósito de despedi-las.

Vê-se que as pretensões descritas nas letras *a* e *b* foram afastadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná após o cotejo dos fatos e das provas juntadas aos autos, ficando assentado que aqueles testes seletivos não poderiam ser equivalentes a concurso público para os fins de aquisição de estabilidade (art. 41, *caput* e § 1º, da Constituição da República). Concluir de modo diferente quanto à natureza desses testes demandaria o reexame de fatos e provas, providência incabível nessa via extraordinária, nos termos da Súmula n. 279 (RE 224.401/PR, Rel. Min. Mauricio Corrêa, decisão monocrática, DJ 18.9.2002; AI 587.237-AgR/RS, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 30.6.2010; RE 524.802-AgR/RJ, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 1º.7.2010; AI 777.644-AgR/GO, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 14.5.2010; AI 768.771-AgR/SP, de minha relatoria, Primeira Turma, DJ 30.4.2010; AI 776.259-AgR/SP, de minha relatoria, Primeira Turma, DJ 30.4.2010).

10. Ademais, ao se reportar ao art. 41, § 1º, da Constituição da República e ao art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Tribunal de origem decidiu em harmonia com a orientação deste Supremo Tribunal:

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL ADMITIDO SEM CONCURSO PÚBLICO E



**RE 289.321 / PR**

REDISTRIBUÍDO PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO. EFETIVAÇÃO POR RESOLUÇÃO DA MESA. FORMA DERIVADA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO. (...). EFETIVIDADE E ESTABILIDADE. 1. Servidor contratado para o cargo de carreira integrante do Poder Executivo estadual e redistribuído para a Assembléia Legislativa do Estado. Efetivação por ato da Mesa Legislativa. Forma derivada de investidura em cargo público. Inobservância ao artigo 37, II, da Constituição Federal. (...) 2. Efetividade e estabilidade. Não há que confundir efetividade com estabilidade. Aquela é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação; a estabilidade é aderência, é integração no serviço público, depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, e adquirida pelo decurso de tempo. 3. Estabilidade: artigos 41 da Constituição Federal e 19 do ADCT. A vigente Constituição estipulou duas modalidades de estabilidade no serviço público: a primeira, prevista no art. 41, é pressuposto inarredável à efetividade. A nomeação em caráter efetivo constitui-se em condição primordial para a aquisição da estabilidade, que é conferida ao funcionário público investido em cargo, para o qual foi nomeado em virtude de concurso público. A segunda, prevista no art. 19 do ADCT, é um favor constitucional conferido àquele servidor admitido sem concurso público há pelo menos cinco anos antes da promulgação da Constituição. Preenchidas as condições insertas no preceito transitório, o servidor é estável, mas não é efetivo, e possui somente o direito de permanência no serviço público no cargo em que fora admitido, todavia sem incorporação na carreira, não tendo direito a progressão funcional nela, ou a desfrutar de benefícios que sejam privativos de seus integrantes. 3.1. O servidor que preencher as condições exigidas pelo art. 19 do ADCT-CF/88 é estável no cargo, para o qual fora contratado pela Administração Pública, mas não é efetivo. Não é titular do cargo que ocupa, não integra a carreira e goza apenas de uma estabilidade especial no serviço público, que não se confunde com aquela estabilidade regular disciplinada pelo art. 41 da Constituição Federal. Não tem direito a efetivação, a não ser que se submeta a concurso público, quando, aprovado e nomeado, fará jus à contagem do tempo de serviço prestado no período de estabilidade.

**RE 289.321 / PR**

*excepcional, como título. 4. Servidor estável 'ex vi' do art. 19 do ADCT, redistribuído para Assembleia Legislativa e efetivado na carreira por ato da Mesa Legislativa. Anulação. Ilegalidade e existência de direito adquirido. Alegação improcedente. Súmula 473/STF. 4.1. O ato de 'redistribuição' ou 'enquadramento', assim como o de 'transferência' ou 'aproveitamento', que propiciou o ingresso do servidor na carreira, sem concurso público, quando esse era excepcionalmente estável no cargo para o qual fora contratado inicialmente (art. 19, ADCT), é nulo, por inobservância ao art. 37, II, da Constituição Federal. (...) A Constituição Federal não permite o ingresso em cargo público - sem concurso. Recurso extraordinário conhecido e provido, para cassar a segurança concedida" (RE 167.635/PA, Rel. Min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, DJ 7.2.1997, grifos nossos).*

Na mesma linha: ADI 289/CE, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ 16.3.2007; ADI 100/MG, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 1º.10.2004; e RE 199.293/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJ 6.8.2004.

11. As contratações questionadas eram precárias, pelo que não se há falar em estabilidade, também não cabendo, então, cogitar-se de continuidade necessária da relação de emprego.

Inexistindo estabilidade, não se exige que o Recorrido instaure processos administrativos prévios às dispensas das Recorrentes, daí a manutenção que se impõe do acórdão recorrido.

12. Pelo exposto, **conheço do recurso e a ele nego provimento.**

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 289.321**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

RECTES. : ALDANY BUGHI E OUTRAS

ADVDS. : MARINO ELÍGIO GONÇALVES E OUTROS

RECD. : MUNICÍPIO DE MARINGÁ

ADVDS. : LUCIANA FREGADOLLI E OUTROS

**Decisão:** Após o voto do Ministro Marco Aurélio, que negava provimento ao recurso extraordinário, pediu vista do processo a Ministra Cármen Lúcia. Ausente, justificadamente, o Ministro Menezes Direito. 1ª Turma, 30.06.2009.

**Decisão:** A Turma negou provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 02.12.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão o Ministro Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Edson Oliveira de Almeida.

Fabiane Duarte  
Coordenadora